ATA SEI

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

O Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997. O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005, e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, Decreto nº 31.936, de 11 de junho de 2018, e suas alterações, e, por intermédio de seu Plano de Manejo, aprovado pelo Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013.

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Gestor da APA - Serra Dona Francisca, realizada em 07/11/2023.

No décimo primeiro dia, do mês de novembro, do ano dois mil e vinte e três, às dezoito horas e doze minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271, Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. Estiveram Presentes os Conselheiros(as) - mandato de 01/01/2022 à 31/12/2023, conforme Decreto nº 45.022, de 20 de dezembro de 2021, e suas alterações: Magda Cristina Villanueva Franco, Presidente do Conselho Gestor da APA; Ademir Sgrott, da AJM; Gabriel Klein Wolfart, do SindPedras; Manoel Luiz Vicente, da APROÁGUA; Marli Fleith Sacavem, da AMEM; Hector Silvio Haverroth, Epagri; Sarah Sabrina Leal Francisco, da SAMA.UNF; Alcides Bergmann, da AJAq; Daiane Paul Nunes, da CAJ; Ernesto Caetano da Silva, da SDE.UDR; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Rogério Tamazia, da ATERJ; e, Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga. Estiveram também presentes: José Augusto de Souza Neto, Secretário do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; Sérgio Netto, da GRM; Ramiro Baggenstoss, da GRM; Arlino Raulino, da PMA; Silvia Brümmer, da AMEM Morros; Eliane Wolf Bächtold, da AMEM Morros; Sérgio Kanetzky, da AMEM Morros; e, Fabiano Santangelo, da OAB. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação da Ata Reunião de 07/11/2023; **2)** Mandato do Conselho da APA 2024/2025 (Ingresso de Novas Entidades -

Apresentação e Votação); 2.1) **AMEM Morros** Associação Moradores da Estrada dos Morros; **2.2) OAB** Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Joinville; **2.3) GRM** Grupo de Resgate em Montanha; **3)** Revisão do Plano de Manejo da APA; **4)** Sugestão de Pauta e Palavra Livre; **4.1)** IQA/ CAJ. A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco cumprimentou a todos, deu boas-vindas e iniciou os trabalhos. **Pauta 1) Aprovação da Ata Reunião 07/11/2023** : A Presidente do Conselho Gestor da APA, indagou aos Conselheiros se haviam recebido a Ata da Reunião Extraordinária realizada no dia 10/10/2023, e se teriam alguma consideração a ser feita, ao que, sem quaisquer manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco coloca a em votação, sendo aprovada a Ata por maioria dos votos dos Conselheiros, registrada uma abstenção. O Secretário José Augusto de Souza Neto informa que a CAJ solicitou uma inversão de pauta para que o índice de Qualidade de Água (IQA) seja apresentando logo após a aprovação da Ata em razão de que a Conselheira Daiane Paul Nunes, da CAJ precisará se ausentar mais cedo da reunião e, com isso, a Presidente do Conselho, Magda Franco coloca em votação a inversão de pauta, sendo posteriormente aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. **4.1) IQA/ CAJ:** A Presidente do Conselho, Magda Franco, cede a Palavra para a Conselheira Daiane, que cumprimenta aos demais Conselheiros agradecendo a oportunidade e a aprovação da inversão da pauta, iniciando sua fala informando que a vazão ecológica do Rio Cubatão no mês de outubro correspondeu a 29.935L/s, enquanto no Rio Piraí correspondeu a 3.617L/s, já com relação ao IQA, a água do Rio Cubatão foi classificada com índice de 70% e qualidade boa, enquanto o Rio Piraí foi classificado com índice de 79% e qualidade ótima. A Conselheira Daiane abordou também sobre a campanha de monitoramento de agrotóxicos nos rios, informando que não houve nenhum parâmetro acima do permitido pela legislação, com a água estando segura para consumo. A CAJ também abriu um novo edital do "Programa Águas pra Sempre", com um limite de área a ser contemplada nesse edital de 80/há, com cada propriedade podendo ter, no máxio, 15/há para que se possa contemplar o máximo de propriedades possível, com quatro termos de adesão já assinados, além de terem sido apresentados 17 manifestos de interesse e 11 estarem em fase de negociação para projetos. A Conselheira Daiane encerra sua falando e se coloca a disposição para retirar dúvidas dos Conselheiros. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM questiona se as amostras também são coletadas em pontos dentro da mata, no que a Conselheira Daiane informa não ter os registros dos de todos os pontos de coleta em mãos, porém se compromete em trazer esses dados na próxima reunião. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco declara a pauta encerada, passando para o próximo item. **2) Mandato do Conselho da APA 2024/2025 (Ingresso de Novas Entidades - Apresentação e Votação):** A Presidente do Conselho, Magda Franco, relembra aos Conselheiros que na reunião do dia 10/10/2023 foi realizada a votação para a retirada das entidades "ISARP Instituto Socioambiental Rio dos Peixes", "Rotary Club" e "AMABQ Associação de Moradores do Alto e Baixo Quiriri", o que abriu oficialmente três vagas para novas entidades da sociedade civil organizada interessadas em compor o Conselho, sendo solicitado na mesma reunião que as entidades que tivessem interesse encaminhassem uma manifestação por e-mail, e aproveita o ensejo para agradecer as entidades que se manifestaram. O Secretário do Conselho, José Augusto de Souza Neto, informa que cada entidade terá cinco minutos para que seus representantes apresentem suas entidades aos Conselheiro e que, ao final das apresentações, os Conselheiros poderão fazer questionamentos as entidades. **2.1) AMEM Morros Associação Moradores da Estrada dos Morros:** A Presidente do Conselho, Magda Franco, cede a palavra para a Sra. Silvia Brümmer, da AMEM Morros, que agradece ao Conselho pela oportunidade e inicia sua fala se apresentando como a atual Presidente da AMEM Morros, informando que o objetivo da sua entidade é representar os interesses de sua comunidade no Conselho, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável da região e que todos, independente de crenças, valores ou opiniões políticas possuem o mesmo desejo de ver a Comunidade da APA – Serra Dona Francisca prosperar e, mesmo com as divergências de opinião, acredita que juntos todos podem encontrar pontos de convergência para que se alcance o melhor para a APA. Em seguida, Silvia destacou os princípios que serão defendidos por sua entidade caso ingresse ao Conselho, que são o foco nos interesses da comunidade local, uma vez que a Comunidade da AMEM Morros faz parte da Serra Dona Francisca, tornando imperativo o enfoque em atender as necessidades das pessoas que vivem e dependem dessa região; a melhoria das estruturas públicas, pois entende que a qualidade dos serviços públicos é um reflexo direto da qualidade de vida da Comunidade, prometendo empenhar-se para garantir que a APA tenha uma estrutura de qualidade que atenda as expectativas dos cidadãos; desenvolvimento econômico sustentável, pois acredita ser possível conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, comprometendo-se em defender o desenvolvimento econômico responsável e que promova a criação de empregos e oportunidades sem comprometer o meio ambiente; o crescimento da agricultura familiar, que desempenha um papel fundamental na região, prometendo apoiar medidas que fortaleçam os agricultores locais, garantindo que suas

atividades sejam sustentáveis e lucrativas. Silvia encerra sua fala confirmando que entende que a jornada no Conselho será desafiadora, mas acredita que juntos todos poderão fazer a diferença na Comunidade da APA, e agradece mais uma vez pela oportunidade. **2.2) OAB Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Joinville:** A Presidente do Conselho, Magda Franco, cede a palavra para o Dr. Fabiano Santangelo, da OAB, que agradece ao Conselho pela oportunidade, iniciando sua fala informando que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é uma instituição de caráter público, dotada de personalidade jurídica e que tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica, o estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, culminar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça, pelo aperfeiçoamento da cultura e das estruturas jurídicas bem como promover com exclusividade a representação dos advogados de todo o país, ressaltando também que a OAB é uma entidade autônoma, possuindo um Conselho Federal, Seccionais estaduais e Subseções em municípios que possuem comarca, como Joinville, que possui sua Sub cessão localizada na Rua Amazonas, nº 46, no bairro Saguaçu, próxima a subida do Mirante de Joinville, considerada a maior subseção do país. Fabiano informa também que além de um estatuto, que é uma Lei Federal, a OAB possui também um código de ética que, se o advogado descumprir, estará sujeito a processo disciplinar, além de ser a única profissão que exige uma prova após o término do curso para que se efetue o registro que possibilita exercer a profissão. A OAB possui também um Presidente do Conselho Federal, um Presidente estadual para cada Seccional e um Presidente para cada Subseção, sendo atualmente o Dr. Oliver Jander Costa Pereira o Presidente da OAB Subseção Joinville, seguido da Vice Presidente Dra. Janaina Silveira Soares Madeira, Dr. Guilherme Aquino Reusing Pereira como Secretário Geral, o Dr. Rafael Luiz Siewert como Secretário Geral Adjunto e Dr.a Kathleen Zago Appi Lótici como Tesoureira, que juntos formam a Diretoria da OAB Joinville, que tomou posse após sua chapa ganhar as eleições da diretoria, que ocorrem a cada três anos. Fabiano comenta também que a OAB é um órgão extremamente participativo da sociedade de Joinville, já sendo membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Comdema) além de vários outros Conselhos Municipais das mais diversas áreas, como o Conselho Municipal de Direitos da Mulher; Conselho de Desenvolvimento Sustentável; Conselho da Cidade; dos Direitos do Consumidor; de Trânsito; do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural; dos Direitos da Pessoa com Deficiência; entre outros. Fabiano encerra sua fala e agradece a atenção dos Conselheiros. **2.3) GRM Grupo de Resgate em Montanha:** A Presidente do Conselho, Magda Franco cede a palavra para o Sr. Ramiro Baggenstoss, do GRM, que cumprimenta todos os Conselheiros e agradece a oportunidade, apresentando-se como natural de Joinville e formado em Geografia, com especialização em Gestão Ambiental e que o motivo para sua entidade ter se candidatado para a vaga no Conselho Gestor da APA é o fato de possuírem muito conhecimento sobre o território da região. Ramiro informa que a GRM é um núcleo comunitário vinculado a Defesa Civil, sendo grupo de apoio em operações de busca terrestre, além de atuar também em conjunto com a Força Aérea no apoio em operações terrestres no estado, bem como em treinamentos de técnicas de salvamento em buscas terrestres, atua também em conjunto com as Forças Armadas em treinamentos do exército e em outros grupos de peso envolvidos com salvamento. Ramiro comenta que o GRM atuou esse ano em várias ações em escolas, além de atuar em ações em decorrência dos danos do ciclone que atingiu Garuva, inclusive cedendo equipamentos para os bombeiros e a Polícia Ambiental até que se normalizasse a situação do município, citando que o mesmo ocorreu em municípios do Oeste do estado há alguns anos. Com relação à APA, Ramiro informa que o GRM atua fortemente mapeando as trilhas da região, além de atuar no regate de cidadãos e recuperação de corpos de vítimas que vieram a óbito por acidentes na região, citando dois casos de óbitos recentes por acidentes em cachoeiras, um decorrente de uma prática esportiva e outro em que a vítima caiu na cachoeira ao tentar tirar uma selfie, sendo essas autuações em locais de fácil acesso, havendo muitas outras atuações em áreas de difícil acesso, nas quais os bombeiros pedem auxílio do GRM por não possuírem conhecimento para atuar nessas áreas. Ramiro apresentou aos Conselheiros uma imagem de satélite do território da APA, mais especificamente do território da Estrada Dona Francisca, mencionando as trilhas do Castelo dos Bugres, informando que a trilha nova é bem demarcada no terreno e possui mais ou menos 3.700 metros com aclive de 519 metros, diferentemente da trilha velha, que não possui boa demarcação; a trilha do Morro Pelado, que é acessada em um trecho da trilha do Castelo dos Bugres, o que leva muitas pessoas sem experiência a se perderem fazendo o trajeto por engano; e o Jurapê, que é o mais alto da região. Ramiro informa que o principal objetivo do GRM no Conselho Gestor da APA é o fomento do desenvolvimento ecológico e da educação ambiental e que exatamente por possuírem esse conhecimento e desempenharem essas funções no território da APA que o GRM demonstra interesse em participar do Conselho e contribuir para o desenvolvimento da região. Ramiro encerra sua fala agradecendo mais uma vez aos Conselheiros. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM Mildau agradece a todas as entidades que se apresentaram ao Conselho, em especial a AMEM Morros, pois comenta que o Conselho carece de

representação do Vila Nova, dizendo acreditar que a AMEM Morros fará um ótimo trabalho em representar a região no Conselho, comenta também o quanto a OAB tem a agregar com o conhecimento de legislação ambiental, ainda mais nesse momento em que a revisão do plano de manejo se aproxima cada vez mais e, com relação ao GRM comenta acreditar que também possuem muito a agregar com seu conhecimento no território, e da boas vindas a todas as entidades, e questiona a razão da entidade GRM ter enviado três indicados ao Conselho, sendo que cada entidade só pode ter um Conselheiro titular e um suplente, no que o Secretário José Neto informou que as entidades são livres para enviar qualquer mensageiro as reuniões e, embora o Conselho só permita um titular e um suplente por entidade, um terceiro membro que comparecer as reuniões do Conselho impede que sua entidade receba falta na reunião, enfatizando que o terceiro possui direito de voz, mas não terá direito a voto nas reuniões, relembrando também que as reuniões são públicas e todos possuem direito de voz, mantendo o direito a voto exclusivamente aos Conselheiros. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente, da APROÁGUA cumprimenta as três entidades e enfatiza o quanto todas podem agregar com o nível de conhecimento sobre o território da APA, como o GRM e em legislação ambiental, como é o caso da OAB, o que será de grande ajuda durante a revisão do Plano de Manejo, e além da aplicação dos planejamentos a serem definidos no novo plano. Sem mais manifestações a Presidente do Conselho, Magda Franco, coloca em votação o ingresso das entidades ao Conselho, iniciando colocando em votação o ingresso da entidade AMEM Morros, sendo posteriormente aprovado por unanimidade de votos dos Conselheiros; em seguida coloca em votação a admissão da entidade OAB ao Conselho, sendo posteriormente aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros; e, por fim, coloca em votação a entrada da entidade GRM ao Conselho, sendo posteriormente aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros. Encerradas as votações, a Presidente do Conselho, Magda Franco, e os demais membros do Conselho dão as boas vindas às novas entidades membros do Conselho Gestor da APA – Serra Dona Francisca com uma salva de palmas.
O Secretário do Conselho, José Neto, informa que encaminhará às entidades recém-admitidas as instruções para oficializar o ingresso das mesmas, informando que a única etapa restante é a nomeação das entidades e Conselheiros por Decreto Municipal. Fabiano Santangelo informa que já é presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB há quatro gestões e que sempre é o representante da OAB em assuntos de direito ambiental, e que tem engajado outros membros do Conselho para participarem como representantes da entidade, da mesma forma ocorrerá com a representação no Conselho da APA, em que, apesar de estar representando a OAB esse momento, outros profissionais serão indicados para Conselheiros. Encerradas as manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco declara encerrada a pauta, passando para o próximo item. **3) Revisão do Plano de Manejo da APA:** A Presidente do Conselho, Magda Franco informa que já foi assinado o contrato com a empresa que será responsável pela revisão do plano de manejo, e que também já foi formada a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, responsável por receber os produtos da empresa de acordo com o termo de referência, verificar e autorizar os pagamentos, sendo a empresa paga ao final da realização de cada produto do plano, informando não recordar quantos produtos serão realizados pela empresa, porém cita a Revisão do Plano de Manejo da Região de Desenvolvimento Sustentável do Morro do Amaral, que possui sete produtos e iniciando do seu desenvolvimento no começo do ano de 2023, com a empresa responsável tendo recém entregue seu quinto produto, já aprovado e com a empresa aguardando pagamento desse produto, com previsão de entregar os produtos seis e sete sejam finalizados até março do ano de 2024 e, após a finalização, segue para o Conselho efetuar a aprovação, ressaltando que o Conselho participa de todas as etapas da elaboração da revisão do plano. A revisão do Plano de Manejo possui a dinâmica de oficinas com a população e o Conselho, além de alguns produtos semelhantes ao da elaboração do plano de manejo original, porém, a revisão é realizada de uma forma mais dinâmica, uma vez que já existe um diagnóstico ambiental feito, que será apenas revisto para que se identifiquem as mudanças que ocorreram desde o ano de 2013, quando foi elaborado o primeiro plano de manejo da APA, além de identificar as ações que foram executadas e as que não foram, informando também que há uma ação judicial muito antiga tramitando cobrando a elaboração do plano de manejo quando este já havia sido elaborado, além de cobrar que fossem realizadas uma série de ações que estão previstas no plano de manejo e já foram realizadas ou estão sendo realizadas atualmente. A Presidente do Conselho, Magda Franco, ressalta que o plano de manejo não é um planejamento com princípio, meio e fim, mas sim que possui ações que são contínuas e que é um trabalho que não tem fim, e mesmo agora na revisão do plano de manejo surgirão novas ações necessárias, pois novas demandas continuam surgindo, informa também que a empresa responsável pela elaboração da revisão do plano será a STCP Consultoria, de Curitiba, que possui trinta anos de atuação em planos de manejo por todo o país, uma empresa sólida e que foi a mesma empresa responsável pela elaboração do plano de manejo de 2013 e que a empresa possui um prazo de 30 dias para iniciar o primeiro produto, que será o planejamento inicial, e que serão feitos os ajustes com a equipe, mantendo o Conselho informado sobre as

ações, comentando que também que para a atual reunião iria comparecer um representante da Unidade de Gestão Ambiental da SAMA que explicaria melhor sobre os próximos passos, contudo, o representante titular está afastado por motivos de saúde, enquanto o suplente está representando a SAMA no município de Nova Veneza, pois o município de Joinville faz parte de um acordo de cooperação com o IMA sobre logística reversa de resíduos sólidos, com o Encontro Estadual de Logística reversa sendo realizado em Nova Veneza e a SAMA, como signatária da cooperação precisou enviar um representante para o encontro, porém a medida que as etapas forem sendo concretizadas as informações serão passadas para os Conselheiros. A Presidente do Conselho, Magda Franco sugere que, para aperfeiçoar os trabalhos, o Conselho observe a tabela apresentada no processo judicial do plano de manejo, pois contém a relação das ações já realizadas, sendo realizadas e que não foram realizadas, bem como os pontos de melhoria para que essas ações sejam trabalhadas ao longo do ano de 2024 para que, quando chegar o período das oficinas, isso já esteja preparado, ressaltando como um dos pontos que mais precisa ser trabalhado é o das ações de educação ambiental, pois o município possui apenas um pequeno núcleo de educação ambiental responsável por todos os seguimentos, o que impossibilita avanços nessas ações, sugerindo que o Conselho já comece a criar planejamentos para ações mais efetivas de educação ambiental. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM questiona se já existem ações sendo realizadas em escolas do município, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco responde que sim, porém está dentro da política pública de educação, e que a SAMA não pode interferir nas ações do núcleo de educação ambiental da Secretaria da Educação, embora esteja-se buscando uma integração da Sama nessas ações, entretanto isso só ocorrerá de fato quando houver uma política pública Municipal de Educação Ambiental, que integraria todas as Secretarias que trabalham transversalmente com esse tema, e que a SAMA já está iniciando uma equipe na prefeitura que irá, intersetorialmente, trabalhar os passos iniciais do plano de educação ambiental, com uma política pública que será regida por uma lei inicial dispondo sobre cada ponto. A Conselheira Marli Fleith Sacavem, da AMEM Mildau comenta que quando o plano de manejo da APA foi finalizado em 2013, criou-se uma expectativa muito grande, contudo, algumas ações consideradas importantes não foram implementadas, como a gerência própria para a APA dentro da SAMA, além de um projeto de Educação Ambiental nas escolas que envolvia ensinar as crianças sobre as unidades de conservação ambiental e sua importância e que nunca foi realizado, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco comenta que essa ação de educação ambiental era em parceira com um órgão que havia sido desconstituído e que foi reconstituído recentemente, o que fez com que muitas ações se perdessem. A Conselheira Marli comenta que, em 1997 quando foi criada a APA 2% de toda a arrecadação da APA voltava para ser investida na região, e que quando foi criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente e a Fundema se tornou a SAMA esse dinheiro se tornou parte do fundo e não retornou mais para investimentos na APA, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco informa que esse dinheiro é vinculado a política pública de meio ambiente e ao SISMAM desde o ano de 2006, quando foi aprovada a lei municipal que regula a política pública de meio ambiente e define que o fundo seja o responsável por atender todas as ações de meio ambiente do município, aproveitando o ensejo para comentar que o Novo Código Municipal de Meio Ambiente foi protocolado na Câmara de Vereadores, uma revisão que é muito aguardada e que possui como um de seus objetivos unificar todas as normas municipais de meio ambiente, além de possibilitar a implementação de um plano de gestão ambiental e um sistema municipal de unidades de conservação, e comenta que que a primeira tentativa de revisão do código foi feita no ano de 2004, seguida de outra tentativa no ano de 2012 e uma terceira tentativa no ano de 2016 e só depois de todos esses anos o código finalmente foi protocolado na Câmara de Vereadores, comentando também que o novo código prevê todas as etapas do processo administrativo ambiental, algo que não estava previsto no antigo código e que levou-se anos para adequar o formato atual, com o novo código também prevendo a possibilidade de conversão de parte do valor da multa em serviços ambientais, algo que hoje a SAMA não possui autonomia para realizar. O Conselheiro Manoel Luiz Vicente, da APROÁGUA questiona sobre a previsão do SNUC de que cada Unidade de Conservação deveria ter uma Unidade de Gerenciamento, e se isso seria realmente para todas as unidades ou apenas para a APA, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco responde que o SNUC não impõe que todas as Unidades de Conservação possuam uma Unidade de Gerenciamento, mas sim que possuam um servidor como chefe da unidade responsável por toda a administração da unidade, o que é inviável e que poucos municípios conseguiram aplicar em com eficiência em alguma Unidade de Conservação. O Conselheiro Rogério Tamazia, da ATERJ comenta sobre o programa “Viva Ciranda”, que é um projeto de educação ambiental promovido pela Secretaria da Educação em parceria com a SECULT, que levam alunos de escolas municipais para propriedades rurais membros do projeto, essas propriedades possuem um roteiro pedagógico e a Secretaria da Educação fornece em torno de 150 ônibus por ano para levar os alunos a essas propriedades, o programa beneficia tanto as propriedades, pois os proprietários recebem um valor de ingresso

nas visitas, quanto aos alunos, pois muitos são de comunidades mais carentes e não teriam condições de arcar com o valor do transporte. No roteiro pedagógico é muito abordada a questão da educação ambiental e da administração de propriedades rurais seguindo as normas ambientais. O Conselheiro Rogério Tamazia, da ATERJ comenta que o projeto existia desde antes da pandemia, e na época a SECULT tinha dois ônibus que levavam as crianças para as propriedades. Com a chegada da pandemia os ônibus foram descartados e, após o retorno das aulas, a Secretaria da Educação achou melhor realizar uma licitação para contratar os serviços de ônibus por ser mais prático, permitir uma maior quantidade de ônibus e evitar gastos com manutenção. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM questiona se as reuniões do Conselho ocorrerão na mesma data das oficinas que serão realizadas pela empresa contratada para a elaboração do plano de manejo ou serão realizadas em datas diferentes e se essas oficinas serão realizadas na APA, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco, responde que não possui essa informação no momento, uma vez que a empresa ainda não definiu datas para as oficinas, porém ressalta que o ideal seja que elas ocorram no território da APA para possibilitar a participação dos moradores . Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco declara encerrada a pauta, passando para as **4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre**. A Presidente do Conselho, Magda Franco cede à palavra para o Conselheiro Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga, que cumprimenta aos demais Conselheiros agradecendo pela oportunidade, além de dar boas vindas às novas entidades que compõem o Conselho, iniciando sua fala sobre um trecho do final do Quiriri, pedindo em nome da sua entidade que seja feita alguma moção ou encaminhamento para que haja uma um debate sobre a possibilidade de que o trecho em questão, que é parte do território do município de Garuva possa ser anexado ao território de Joinville. O Conselheiro Anselmo compreende que esse seria um processo árduo, que envolveria muitos debates na Câmara de Vereadores, além de Plebiscito e discussões com o governo do município de Garuva, porém, essa seria uma discussão necessária, uma vez que o trecho em questão só pode ser acessado através de Joinville, e que o nosso município é o responsável por toda a assistência do trecho. A Presidente do Conselho, Magda Franco coloca em votação a elaboração de uma moção para iniciar a discussão sobre o trecho, sendo posteriormente aprovado por unanimidade dos votos dos Conselheiros. A Presidente do Conselho, Magda Franco coloca em votação o cancelamento da reunião prevista para o dia 19/12/2023, uma vez que foram realizadas duas reuniões extraordinárias, uma no mês de setembro e a outra no mês de outubro, esgotando-se as pautas previstas, o cancelamento da reunião do dia 19/12/2023 foi posteriormente aprovado por unanimidade de votos dos Conselheiros. Não havendo demais contribuições ou manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, Magda Cristina Villanueva Franco agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a última reunião do ano de 2023 às 19h32min, sendo extraída a presente Ata, assinada pela Presidente do Conselho da APA, após aprovação dos demais Conselheiros.

Magda Cristina Villanueva Franco
Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca
PORTARIA SAMA Nº 004/2023 SEI Nº: 0015522611

João Victor Galvan
José Augusto de Souza Neto
UNIDADE DE APOIO AOS CONSELHOS

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita**, **Secretário (a)**, em 22/02/2024, às 12:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.joinville.sc.gov.br/ informando o código verificador **0019110067** e o código CRC **B83DDC8A**.

0019110067v22